

DE BRASÍLIA

JOSÉ MÁRCIO MENDONÇA

Ameaças do governo pelos dólares do FMI

de conter o processo de abertura política que lá ameaçava ter vida própria e poderia desembocar, mantido o ritmo em que vinha se desen-

volvendo, numa verdadeira alternância no poder.

A tentativa de manter a sucessão presidencial sob o estrito controle do Palácio do Planalto e garantir mais seis anos para o grupo que lá está há muito tempo, determinou todas as jogadas seguintes no campo político e o embaralhamento de hoje. O pluripartidarismo foi quase assassinado em nome desse propósito. Nas eleições de novembro, o governo preocupou-se mais em garantir a formação do Colégio Eleitoral do que em assegurar — sozinho ou através de alianças — uma maioria parlamentar que lhe garantisse tranqüila atividade legislativa.

Impasse

O Colégio Eleitoral foi conquistado e devidamente comemorado. Só



O arrocho salarial na estratégia de Delfim e Galvões.

que até as eleições do final de 85 havia uma longa e tenebrosa travessia, para a qual o Colégio Eleitoral

era absolutamente inútil. Na verdade, era até um empecilho, pois a manutenção desse corpo, como Maluf está demonstrando, tem um custo elevado. O governo acreditou poder fazer essa travessia sem o concurso do Legislativo e da sociedade. Como nos velhos tempos do autoritarismo, fez os negócios com os credores e com o FMI sem consultar ninguém, acertou metas e sacrifícios sem pedir o apoio de ninguém. Apenas editava decretos-lei como o 2.012, o 2.024, o 2.036, o 2.045 e, agora o 2.064.

Nem aos políticos de seu partido explicou as coisas direito. Marchezan está dizendo que foi enganado na parte salarial do 2.064. Não conseguiu a adesão de ninguém. A inflação não cai porque ninguém acredita que o governo possa ser capaz de derrotá-la. Com ou sem

ameaças das emergências, os decretos vão sendo derrubados. Como vingança, vão sendo substituídos por outros piores ainda, numa escalada perigosíssima. Quando a crença acaba, nem o recurso ao tacape funciona a contento.

"Politicamente, o governo acabou há muito tempo" — sentenciava o insuspeito ex-deputado Célio Borja, depois da rejeição do diretório do PDS, quinta-feira passada.

As dificuldades com os credores são evidentes. Mas ainda há tempo para pegar um avião e ir explicar a eles que o País não tem condições de suportar por muito mais tempo tão violenta dieta de emagrecimento. Mas para isso será preciso recompor a credibilidade do governo, ressuscitá-lo politicamente. O que não se consegue com emergências e decretos-leis.

político, nossos homens sempre deram ênfase às questões técnicas. No caso das conversas com o FMI essa constatação é particularmente correta. Há dias, um alto funcionário do governo brasileiro, que participou dos acertos técnicos aqui, em Brasília, confessava que a primeira carta de intenções foi assinada às pressas e só depois, revisando suas metas, os técnicos brasileiros descobriram que havia metas impossíveis de cumprir, erros de cálculo e divergências metodológicas e conceituais.

Nessa altura das negociações com o Fundo — final do ano passado, início deste ano —, o Brasil já se encontrava em situação crítica e o mercado internacional menos receptivo e mais desconfiado depois da crise do México. Aí pagamos por imprevidência: a situação brasileira já era crítica muito antes, mas o governo resolveu esconder o fato até as eleições de novembro. Figueiredo jogava tudo na formação do Colégio Eleitoral que irá escolher seu sucessor. Só que o mercado internacional conhecia de sobra a situação brasileira e ficou sem entender a demora na abertura de negociações. Atrasado e sem reservas cambiais, o Brasil começou a conversar com menos poder de barganha ainda.

O desenrolar das negociações foi uma sucessão de equívocos. Negociadores e coordenadores errados, metas ambiciosas e pouco factíveis e, o que é pior, erros na hora de pedir os bilhões de dólares necessários ao fechamento do balanço de pagamentos. A isso tudo deve-se somar a teimosia em não tentar — com medo das palavras — uma renegociação global da dívida. Essa mania de trabalhar da mão para a boca acaba sendo muito mais desgastante para os negociadores e muito mais penoso para a população, que é, afinal de contas, quem vai pagar tudo.

Ora, um outro tipo de entendimento com os credores teria sido possível se o Brasil tivesse podido — e querido — usar seu peso político e estratégico. Mas para isto teria sido preciso que o governo tivesse chegado às negociações menos desgastado

interna e externamente. Para isso, ele precisaria ter mostrado maior coerência nas suas linhas de ação, uma certa coesão entre seus membros e o apoio da sociedade. Nada disso existiu e existe. As políticas são mais excludentes que complementares, cada ministro e cada órgão é uma cabeça e o mínimo de imagem popular que o presidente ostentava se está esvaindo.

Se não soube agir politicamente lá fora, menos ainda o governo criou condições aqui para reverter o anel de descrença e isolamento que se formou em torno dele. E que se amplia rapidamente. Saria exaustivo enumerar todos os erros políticos cometidos, todos eles a partir da explosão das bombas do Riocentro.

Este é um marco importante e, em menor ou maior grau, todos eles têm uma mesma matriz: a tentativa

As ameaças de um corte no fornecimento de derivados de petróleo e de um colapso geral na produção, se os dólares não fluírem rapidamente para os cofres brasileiros, infelizmente fazem parte de um cenário real. Na verdade, não são simples tentativas de intimidação os recados divulgados, aqui e no Exterior, de que, se o Fundo Monetário Internacional não aprovar, numa reunião inicialmente marcada para o dia 18 de novembro, o acordo com o Brasil, esse fluxo de dinheiro poderá mesmo ser interrompido.

Esse é o quadro real e não há como fugir dele. O que explica o crescente desatino e desarvoramento das autoridades econômicas, envolvendo agora também o lado político do governo, até o ponto da edição dessa esdrúxula "medida de emergência" para a área do Distrito Federal. O governo negociou com o Fundo um programa econômico — "coerente", como diz o ministro Delfim Neto — e só receberá sua parte se cumprir todos os compromissos e metas desse plano.

O ministro Delfim Neto não está mentindo quando diz que o arrocho salarial não é uma imposição do FMI. Como o ministro Ernane Galvões também não está mentindo quando condiciona o apoio do Fundo ao programa brasileiro às medidas de contenção salarial. O arrocho salarial faz parte da estratégia imaginada pelos ministros brasileiros para atender as exigências do FMI:

- 1) Redução da inflação;
- 2) Diminuição e posterior eliminação do déficit do setor público;
- 3) Busca de constantes e crescentes superávits na balança comercial, através da redução do consumo interno (menos importações) e aumento das vendas externas (produtos mais baratos devido à compressão salarial);

A questão a discutir, então, não se o famigerado Decreto-Lei nº 2.064 é pior que o 2.045 e se o próximo será ainda mais lamentável que os anteriores. As questões são outras, basicamente três:

1) Será que realmente nossos negociadores conseguiram o melhor acordo possível com o FMI e os outros credores ou será que teria sido possível, devido ao peso do Brasil e em outro contexto de negociações, conseguir condições mais favoráveis?

2) Será que o aperto salarial e o aumento de impostos, com um claro aprofundamento da recessão, é o único caminho para conter o déficit público e abalar os alicerces da inflação?

3) Será que para colocar em prática as medidas que ele julga necessárias o melhor método é essa leva de decretos e decretos-lei, portarias e resoluções, sem a audiência do Congresso e o apoio da Nação?

Negociações

A busca de respostas para essas três questões leva a um só ponto: nem aqui nem lá fora, em nenhum momento, o Brasil negociou corretamente. Num quadro essencialmente